

# HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração do Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia") apresenta a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram preparadas de acordo com os procedimentos e práticas contábeis geralmente aceitos no Brasil, especialmente aqueles emanados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aplicáveis às sociedades de forma geral, em vigor.

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** O Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia" ou "Grupo Santa"), sociedade anônima de capital fechado com sede em Brasília/DF, atua na prestação de serviços hospitalares completos, incluindo internação, atendimento de urgência e emergência, procedimentos cirúrgicos, apoio diagnóstico e terapêutico, além da gestão de múltiplas unidades hospitalares e clínicas especializadas por meio de suas controladas diretas e indiretas. A seguir são apresentados os resultados financeiros consolidados da Companhia, a qual atua nos Estados do Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, tem 9 hospitais próprios em operação, além de 2 centros radiológicos, assim como possui um total de 1.210 leitos operacionais. Além disso, o Grupo Santa manteve, em 2025, seu foco estratégico na ampliação do portfólio de serviços, modernização tecnológica, eficiência operacional e integração das unidades adquiridas nos últimos anos. Todas as empresas do Grupo adotam práticas contábeis uniformes e o mesmo exercício social. **2. Desempenho Econômico-Financeiro: 2.1. Receita Operacional.** A receita líquida consolidada atingiu **R\$ 2.009,1 milhões** em 2025 (2024: R\$ 1.864,5 milhões), crescimento de **7,7%**, refletindo: • Maior volume assistencial nas frentes de internação, cirúrgica, hemodinâmica e Oncologia; • Novos e/ou expansão de credenciamentos; • Reajustes contratuais acordados com as principais operadoras; • Mix de atendimentos mais favorável, com maior participação de unidades de maior complexidade; • Expansão orgânica na oferta de leitos e melhoria na regulação de leitos. **2.2. Custos e Margem Bruta.** O custo dos serviços prestados consolidado foi de **R\$ 1.265,3 milhões** (2024: R\$ 1.156,7 milhões), incremento de 9,4%, acima do crescimento da receita. A **margin bruta** consolidada reduziu de **38% para 37%**, principalmente em razão de: • Aumento de insumos hospitalares e materiais de alto custo; • PEC 19/2024 da enfermagem nas controladas; • Pressão inflacionária sobre mão de obra assistencial; • Entrada em operação de novos serviços com curva de maturação em andamento.

### Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Custos medicamentosos e materiais hospitalares	(551.480)	(477.551)
Custos com Serviços Médicos	(367.391)	(351.751)
Custos com pessoal	(236.247)	(225.097)
Custos com Lavanderia	(11.460)	(11.831)
Custos com Alimentação Hospitalar	(5.455)	(5.351)
Custos com Exames	(16.054)	(14.466)
Custos com Esterilização	(9.793)	(10.204)
Custos com radiologia e radioterapia	(12.340)	(12.159)
Custos com serviços de terceiros	(8.517)	(3.520)
Custo com depreciações	(35.363)	(30.607)
Outros custos aplicados	(11.237)	(14.176)
	<b>(1.265.338)</b>	<b>(1.156.715)</b>

### % da Receita Líquida

**2.3. Despesas Gerais e Administrativas.** As despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram **R\$ 441,0 milhões** (2024: R\$ 429,7 milhões), representando um aumento de 2,6%, o qual foi abaixo do crescimento da receita líquida, devido: • Reestruturação organizacional em determinadas unidades; • Consolidação de centros administrativos compartilhados; • Renegociação de contratos com fornecedores e prestadores de serviços; • Investimentos em tecnologia da informação e segurança digital.

### Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Salários e encargos sociais	(189.870)	(169.504)
Serviços de manutenção e conservação	(34.590)	(31.164)
Serviços de terceiros	(116.831)	(138.385)
Depreciação e amortização	(20.903)	(19.297)
Despesas tributárias	(8.564)	(7.069)
Materiais de uso consumo	(16.337)	(15.380)
Locação de máq. e equip.	(8.264)	(7.417)
Energia elétrica	(17.569)	(17.181)
Água e esgoto	(9.199)	(7.836)
Viagens e estadias	(1.263)	(1.318)
Outras despesas	(17.644)	(15.163)
	<b>(441.035)</b>	<b>(429.714)</b>

### % da Receita Líquida

**2.4. Outras Receitas e Despesas Operacionais.** O Grupo Santa registrou em 2025 o **valor líquido positivo de R\$ 21,2 milhões** para **Outras Receitas e Despesas Operacionais**, tendo como principal movimentação as reversões de perdas efetivas de convênios e operadoras (R\$ 18,8 milhões) e composição de ativos indenizatórios das aquisições. **2.5. Perdas por redução ao valor recuperável contas a receber (PCLD) e Glosas.** Em 2025, a Companhia registrou provisão de **perdas esperadas (PCLD) de R\$ 29,6 milhões**, sendo este valor maior do que no exercício de 2024 (R\$ 18,0 milhões), refletindo um posicionamento mais conservador quanto ao *aging* do contas a receber. Sobre as glosas líquidas (glosas efetivas – recuperação de glosas) a Companhia teve uma redução importante de 2024 para 2025, saindo de R\$ 126,7 milhões (6,8% da Receita Líquida) para R\$ 109,0 milhões (5,43% da Receita Líquida), ou seja, uma redução de 1,4 p.p. **2.6. Resultado Financeiro. Resultado financeiro líquido** foi de **R\$ -40,9 milhões**, uma melhora significativa em relação a 2024 (R\$ -187,5 milhões), decorrente principalmente de: • Maior saldo de caixa ao longo do exercício, impactando positivamente as receitas das aplicações financeiras; • Reperfilamento de dívidas mais onerosas; • Redução gradual do spread do CDI na taxa de juros média ponderada das dívidas; • Resultado positivo dos instrumentos derivativos; • Reequilíbrio do fluxo de captações e amortizações. **2.7. Resultado Líquido do Exercício.** O resultado líquido consolidado atingiu **R\$ 166,5 milhões** (2024: R\$ 81,1 milhões),

sustentado por: • Crescimento operacional; • Estabilidade das despesas administrativas; • Maior eficiência financeira e incremento no caixa; • Reconciliamento de equivalência patrimonial positivo de controladas relevantes. **3. Endividamento:** Ao final de 2025, a dívida financeira consolidada somou **R\$ 848,6 milhões**, com dívida líquida financeira de **R\$ 459,2 milhões**. O índice de alavancagem sobre o patrimônio líquido reduziu de **0,49 para 0,33**, refletindo: • Disciplina financeira para redução dos empréstimos e financiamentos; • Reperfilamento de dívidas mais onerosas; • Incremento do caixa operacional, após pagamento de dívidas; • Incremento do patrimônio líquido com o reconhecimento da transação de capital entre os acionistas, devido à compra de participação na Companhia pela Atlântica Hospitais e Participações S.A. O Grupo mantém políticas conservadoras de liquidez, com aplicações financeiras de alta liquidez e lastro adequado às necessidades de capital de giro. **4. Gestão de Riscos:** A Companhia monitora continuamente seus principais riscos e empenha os melhores esforços para controle e mitigação, sempre que aplicável. **4.1. Risco de Crédito (Receíveis).** O Grupo Santa administra uma carteira relevante de recebíveis no total de **R\$ 986,5 milhões**, para a qual vem atuando com: • Comitê de Ciclo da Receita multidisciplinar e com reuniões semanais; • Monitoramento de concentrações por operadora; • Revisão sistemática de glosas e inadimplência; • Modelo de perdas esperadas (CPC 48) com atualização mensal. Mesmo com os controles estabelecidos, a Companhia enxerga como necessário a manutenção do acompanhamento próximo sobre o *aging* do contas a receber, especialmente nos intervalos superiores a **91 dias**, que demandou reforço de provisões em 2025. **4.2. Risco de Mercado.** Exposição a variações de CDI, IPCA e câmbio, mitigada por: • Monitoramento de cenários macroeconômicos; • Revisão constante de cenários com as instituições financeiras. **4.3. Risco de Liquidez.** A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, assim como a manutenção de reservas financeiras em níveis adequados (**saldo de caixa R\$ 389,4 milhões**) e linhas de crédito bancárias estabelecidas para captação de empréstimos que julgue adequados, desta forma o exercício de 2025 foi encerrado com uma **cobertura de caixa para as dívidas bancárias de curto-prazo em aprox. 1,9x**. **4.4. Risco Jurídico.** A Companhia mantém provisões de contingências de acordo com as avaliações de advogados internos e externos, seguindo o CPC 25, desta maneira a despesa relativa a qualquer destas provisões é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso, quando aplicável. **5. Investimentos (CapEx):** Os investimentos (CapEx) financeiros consolidados totalizaram **R\$ 101,9 milhões** em 2025 representando um crescimento em relação a 2024 (R\$ 61,1 milhões), destinados a: • Expansão e modernização de leitos e centros cirúrgicos; • Modernização de equipamentos de diagnóstico por imagem; • Renovação de parque tecnológico e sistemas; • Manutenção e ampliação de unidades controladas. Existem obras e projetos ainda em implementação, que devem contribuir para aumento de capacidade e receita futura, como por exemplo, construção da Unidade Avançada em Sobradinho (Brasília-DF), expansão no Hospital Santa Rosa (Cuiabá-MT). **6. Estrutura Societária e Controladas:** O Grupo mantém participação em múltiplas controladas diretas e indiretas nas áreas hospitalares, clínicas especializadas, centros radiológicos e serviços auxiliares, garantindo complementaridade assistencial e integração operacional. Em 2025 não ocorreram perdas de controle, sendo que os movimentos societários envolveram principalmente: • Aportes e mútuos entre empresas do Grupo; • Movimentações patrimoniais decorrentes de transações entre sócios; • Revisões de participações indiretas e ajustes por equivalência patrimonial. **7. Pessoas:** A Companhia reforçou suas iniciativas de gestão de pessoas com iniciativas abrangentes direcionadas para a preparação contínua de suas lideranças, assim como reforçou seu compromisso permanente com a equidade, a transparência e a redução de eventuais disparidades nos diferentes níveis hierárquicos.

### Cargos

	2025				2024					
	Homem	Mulher	Total	%H	%M	Homem	Mulher	Total	%H	%M
DIRETOR	13	8	21	62%	38%	13	6	19	68%	32%
GERENTE	23	30	53	43%	57%	22	29	51	43%	57%
SUPERVISOR/COORDENADOR	68	176	244	28%	72%	65	172	237	27%	73%
COLABORADOR/REF. LÍDER	39	44	83	47%	53%	36	36	72	50%	50%
TÉCNICO OPERACIONAL	1.536	5.397	6.933	22%	78%	1.480	5.227	6.707	22%	78%
<b>TOTAL</b>	<b>1.679</b>	<b>5.655</b>	<b>7.334</b>	<b>23%</b>	<b>77%</b>	<b>1.616</b>	<b>5.470</b>	<b>7.086</b>	<b>23%</b>	<b>77%</b>

**8. Perspectivas para 2026:** A Administração permanece otimista com o cenário operacional, prevendo: • Captura de crescimento proveniente de investimentos realizados nos exercícios anteriores, por exemplo, expansão e modernização realizada no Hospital Anima (Anápolis-GO), Unidade Avançada de Taguatinga (Brasília-DF); • Crescimento de unidades de negócio relevantes para a Companhia, como por exemplo, Oncologia, Cardiologia, Hemodinâmica, Centro de Infusão; • Continuidade dos investimentos para expansão e modernização das suas operações; • Reposicionamento comercial com fontes pagadoras relevantes em mercados de suas controladas; • Robustez na demanda por serviços hospitalares de maior complexidade. **Declaração do Comitê de Auditoria (estatutário ou não):** O Comitê de Auditoria Não Estatutário do Hospital Santa Lúcia S.A. tomou conhecimento e analisou as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 ("Demonstrações Financeiras de 2025"), o relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda e o Relatório da Administração da Companhia. Com base em referida análise, e considerando as informações prestadas pelos representantes da Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, este Comitê recomenda ao Conselho de Administração que aprove as Demonstrações Financeiras de 2025, não havendo qualquer divergência entre a Administração da Companhia, os Auditores Independentes e este Comitê. Brasília, 30 de março de 2026. Coordenador do Comitê de Auditoria - Breno do Carmo Moreira Vieira. Membro do Comitê de Auditoria - Marcelo Santos Dall'Occo. Membro do Comitê de Auditoria - Leonardo de Assis Portugal.

### Declaração da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Brasília, 17 de março de 2026. Diretor Presidente – Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima. Diretor Financeiro – Glauber Luiz Carmo. Diretor Corporativo – Pedro do Rego Leal.

### Declaração da Administração sobre o Relatório do Auditor Independente

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes Ltda, acerca das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Brasília, 1º de abril de 2026. Diretor Presidente – Gustavo Sá Leitão Fiuza Lima. Diretor Financeiro – Glauber Luiz Carmo. Diretor Corporativo – Pedro do Rego Leal.

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	96.585	230.588	389.449	432.750
Contas a receber de clientes	5	415.637	404.995	986.365	905.423
Adiantamentos	6	38.058	27.826	56.493	44.039
Estoques	7	24.958	18.927	55.628	40.312
Impostos e contribuições a recuperar	8	1.488	1.986	2.882	3.762
Impostos a recuperar sobre o lucro	8.1	24.753	17.003	46.851	46.996
Dividendos a receber	13	62.487	–	–	–
Outras contas a receber	10	29.881	31.326	37.495	46.063
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>693.847</b>	<b>732.651</b>	<b>1.575.163</b>	<b>1.519.345</b>
<b>Não circulante</b>					
Dividendos a receber	13	–	27.775	–	–
Transações entre sócios	11	192.916	6.853	192.916	6.694
Instrumentos derivativos ativos	9	23.467	64.068	23.467	64.068
Outras contas a receber	10	1.933	–	3.013	752
Depósitos judiciais	24	6.839	5.602	14.428	11.688
Tributos diferidos	32.c	40.744	39.298	99.982	83.462
Garantia de reembolso de ativo indenizatório	12	24.702	50.491	25.893	51.644
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>290.601</b>	<b>194.087</b>	<b>359.699</b>	<b>218.308</b>
Investimentos	13	1.391.299	1.219.808	–	–
Propriedades para investimentos	14	30.712	30.067	33.192	32.547
Imobilizado	15	291.690	263.671	760.942	660.189
Intangível	16	841	886	421.690	422.571
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.005.143</b>	<b>1.708.519</b>	<b>1.575.523</b>	<b>1.393.615</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.698.990</b>	<b>2.441.170</b>	<b>3.150.686</b>	<b>2.852.960</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras das individuais e consolidadas.

### Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		183.504	53.203	253.434	115.333
<b>Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas:</b>					
Provisão para créditos de realização duvidosa	5	6.488	7.655	33.214	20.174
Perdas efetivas de convênios e particulares	5	5.268	3.984	(8.315)	(13.462)
Equivalência patrimonial	13	(132.787)	(121.418)	–	–
Garantia de reembolso de contingência e contas gráficas	12	(13.373)	(22.064)	(13.373)	(22.064)
Encargos financeiros e variações cambiais	18	48.933	194.297	58.486	237.642
Provisão para demandas judiciais	24	(304)	(12.215)	(3.791)	(13.648)
Constituição (Reversão) de impairment – propriedades para investimento	14	(645)	233	(645)	233
Instrumentos financeiros derivativos	9	27.066	(29.207)	27.066	(29.207)
Provisões		–	8.191	–	24.816
Depreciação e amortização	15.1	29.780	26.931	56.059	49.862
Caixa de imobilizado	15.1	996	–	2.296	509
		<b>154.925</b>	<b>109.591</b>	<b>404.430</b>	<b>370.188</b>

### Variação dos ativos e passivos circulantes e não circulantes:

Contas a receber	(22.398)	(52.696)	(105.841)	(83.326)
Estoques	(6.031)	1.717	(15.316)	1.711
Tributos a recuperar	7.949	13.485	8.476	15.738
Adiantamentos	(10.232)	1.897	(12.453)	(1.810)
Outros créditos	769	148	6.565	(12.520)
Fornecedores	(5.893)	12.834	20.534	19.445
Obrigações trabalhistas	2.930	2.045	5.495	6.793
Obrigações tributárias	(20.139)	(1.542)	(19.466)	(1.903)
Parcelamentos tributários	(6.021)	(2.314)	(19.953)	(34.908)
Outras obrigações	4.010	15.092	(3.853)	10.234
Impostos de renda e contribuição social pagos	(15.032)	(9.727)	(80.308)	(85.986)
<b>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>		<b>84.837</b>	<b>90.530</b>	<b>203.656</b>

### Fluxo de caixa das atividades de investimento:

Aquisição de bens do ativo imobilizado	15.1	(50.587)	(23.216)	(101.941)	(61.126)
Aquisição de intangível		(38)	(61)	(36)	(21)
Aquisição de propriedade para investimentos		–	–	–	2.096
Venda de ativo imobilizado		–	52	–	–
Aporte e adiantamento para futuro aumento de capital		(71.801)	(87.047)	–	–
Contas a pagar por aquisição de empresa		(21.829)	(22.628)	(23.272)	(22.628)
Aquisição de investimentos		(1.900)	–	(1.900)	–
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento:</b>		<b>(146.156)</b>	<b>(132.900)</b>	<b>(127.148)</b>	<b>(81.679)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento:</b>					
Captações de empréstimos e financiamentos	18	259.914	311.000	259.914	311.000
Pagamento principal de empréstimos e financiamentos	18	(301.730)	(264.515)	(307.076)	(288.837)
Pagamento dos juros de empréstimos e financiamentos	18	(118.341)	(109.151)	(119.189)	(111.598)
Pagamento de arrendamentos		(3.682)	(780)	(4.468)	(730)
Dividendos		–	–	(24.781)	(10.912)
Aumento de capital		93.537	406.265	93.537	406.265
Mútuo ativo com controladas		3.369	1.859	3.369	105
Mútuo passivo com controladas		–	(84.911)	–	(29.053)
Pagamento de derivativos	9	(5.752)	(5.793)	(5.752)	(5.793)
Partes relacionadas		–	–	–	–
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento:</b>		<b>(72.685)</b>	<b>253.974</b>	<b>(104.463)</b>	<b>270.397</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(134.003)</b>	<b>211.604</b>	<b>(43.302)</b>	<b>392.374</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>		<b>230.588</b>	<b>18.985</b>	<b>432.750</b>	<b>40.376</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>		<b>96.585</b>	<b>230.588</b>	<b>389.449</b>	<b>432.750</b>
		<b>(134.003)</b>	<b>211.604</b>	<b>(43.302)</b>	<b>392.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	17	85.848	89.464	192.091	168.839

## HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital Social	Transações de capital	Reserva legal	Fundo de resgate de parte beneficiárias	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da Controladora	Participação dos não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
<b>SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024</b>		634.854	30.967	-	553	-	(124.551)	-	541.822	(7.600)	534.222
Aumento de Capital	25.a	406.265	-	-	-	-	-	-	406.265	-	406.265
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	-	-	81.110	81.110	81.110	6	81.116
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2024</b>		<b>1.041.118</b>	<b>30.967</b>	-	<b>553</b>	-	<b>(43.442)</b>	-	<b>1.029.197</b>	<b>(7.594)</b>	<b>1.021.602</b>
Lucro líquido do Exercício		-	-	-	-	-	-	166.533	166.533	(28)	166.505
Compensação de prejuízos acumulados	25.b	-	-	-	-	-	44.845	(44.845)	-	-	-
Constituição de reserva legal	25.b	-	-	6.084	-	-	-	(6.084)	-	-	-
Dividendos a Distribuir	25.d	-	37.335	-	-	-	-	(107.275)	(69.940)	-	(69.940)
Retenção de lucros	25.b	-	-	-	-	8.329	-	(8.329)	-	-	-
Transações entre sócios	25.c	-	277.666	-	-	-	-	-	277.666	-	277.666
Outros efeitos em controladas		-	-	-	-	-	(1.403)	-	(1.403)	-	(1.403)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>		<b>1.041.118</b>	<b>345.968</b>	<b>6.084</b>	<b>553</b>	<b>8.329</b>	-	-	<b>1.402.052</b>	<b>(7.622)</b>	<b>1.394.430</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** O Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia" ou "Controladora") e conjuntamente com suas subsidiárias "Grupo") é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro CNPJ nº 00.025.841/0001-53, constituída em 06 de novembro de 1963, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Asa Sul. A Companhia tem como sua finalidade principal e exclusiva a prestação de serviços hospitalares completos e internação, bem como a participação em outras sociedades. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía as seguintes controladas:

	31/12/2025	31/12/2024		
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M2 Participações e Investimentos S.A. ("M2")	100%	-	100%	-
Hospital Medicina Especializada S.A. ("HME")	-	100%	-	100%
Ânima Centro Hospitalar Ltda. ("Ânima")	100%	-	100%	-
Hospital Ortopédico Ltda. ("Ortopédico")	100%	-	100%	-
Procárdio Centro Cardio Respiratório Ltda. ("Procárdio")	100%	-	100%	-
Clínica Campo Grande S.A. ("CCG")	-	99,46%	-	99,46%
Hospital Pronortorte S/A ("Pronortorte")	100%	-	100%	-
Hospital Maria Auxiliadora S.A. ("HMA")	100%	-	100%	-
Centro Radiológico de Brasília S.A. ("Radiológico Brasília")	100%	-	100%	-
Centro Radiológico do Gama S.A. ("Radiológico Gama")	100%	-	100%	-
Vaga Certa Serviços de Estacionamento Ltda. ("Vaga Certa")	100%	-	100%	-

**1.1. Unidade avançada Santa Lucia Taguatinga:** Filial da unidade Hospital Santa Lúcia S.A com registro CNPJ nº 00.025.841/0006-68, fundado em 14 de outubro de 2019, com sede em Brasília-DF, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares de atendimentos a urgência. **1.2. M2 Participações e Investimentos S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 22.704.470/0001-79, constituída em 19 de junho de 2015, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Cuiabá-MT, tem por objeto a participação em instituições não financeiras que detêm como subsidiária o Hospital de Medicina Especializada S.A. **1.3. Hospital de Medicina Especializada S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 70.524.145/0001-77, fundado em 18 de agosto de 1993, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Cuiabá-MT, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.3.1. Unidade avançada Santa Rosa:** Filial da unidade Hospital de Medicina Especializada S.A com registro CNPJ nº 70.524.145/0007-62, fundado em 14 de outubro de 2021, com sede em Várzea Grande - MT, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares de atendimentos a urgência e ambulatório. **1.4. Ânima Centro Hospitalar Ltda.:** Companhia com registro CNPJ nº 18.034.143/0001-80, fundado em 29 de abril de 2013, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Anápolis-Goiás, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.5. Hospital Ortopédico Ltda.:** Companhia com registro CNPJ nº 01.377.357/0001-56, fundado em 04 de junho de 1993, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Cuiabá/MT, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares. **1.6. Procárdio Centro Cardio Respiratório Ltda.:** Companhia com registro CNPJ nº 36.820.967/0001-67, fundado em 25 de novembro de 1991, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.7. Clínica Campo Grande S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 00.860.841/0001-79, fundado em 15 de dezembro de 1976, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.8. Hospital Pronortorte S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 00.511.816/0001-80, fundado em 25 de julho de 1978, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, na Asa Norte, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.9. Hospital Maria Auxiliadora S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 38.000.485/0001-96, fundado em 14 de maio de 1993, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede no Gama, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços hospitalares completos e internação. **1.10. Centro Radiológico de Brasília S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 00.117.242/0001-60, fundado em 19 de fevereiro de 1976, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de diagnóstico por imagem e de radiologia. **1.11. Centro Radiológico do Gama S.A.:** Companhia com registro CNPJ nº 03.111.336/0001-10, fundado em 15 de abril de 1999, sob a forma de sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços de diagnóstico por imagem e de radiologia. **1.12. Vaga Certa Serviços de Estacionamento Ltda.:** Companhia com registro CNPJ nº 07.371.443/0001-38, fundado em 01 de abril de 2005, sob a forma de sociedade limitada, com sede em Brasília, Distrito Federal, tem por objeto a prestação de serviços locação de vagas de estacionamento para veículos. **2. Base de preparação e apresentação das políticas contábeis materiais:** **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que contemplam os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades do Grupo. A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 02 de abril de 2026. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais ("R\$"), que é a moeda funcional e moeda de apresentação do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos contábeis:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes para a elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Os principais elementos patrimoniais que envolvem julgamentos, estimativas efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia são os seguintes: **• Nota Explicativa nº 05** – Mensuração de perda esperada de crédito do contas a receber e provisões para demandas judiciais; **• Nota Explicativa nº 16** – Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio; **• Principais premissas e principais relações aos valores recuperáveis;** **• Nota Explicativa nº 24** – Reconhecimento e mensuração de provisões para demandas judiciais; **• Principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;** **• Nota Explicativa nº 32** – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos; **• Disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.** **2.4. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros. Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, o Grupo utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de nível 3. A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis vigentes, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. **• Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. **• Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). **• Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa 9** - instrumentos financeiros derivativos; **• Nota explicativa 14** - Propriedade para investimento. **2.5 Base de mensuração** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de maneira diferente. **2.6 Políticas contábeis materiais** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a) Base de consolidação** As demonstrações financeiras incluem as informações do Grupo. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementadas pelos seguintes ajustes: **• As transações significativas realizadas entre as empresas consolidadas são eliminadas;** **• Os saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas são eliminados;** **• A participação dos acionistas não controladores é segregada do patrimônio líquido e resultado consolidado.** A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações contábeis das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas são registradas como transação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Todas as empresas consolidadas têm o mesmo exercício fiscal e possuem as mesmas políticas contábeis da Controladora. **b) Combinação de negócios** Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pelo valor justo dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida, e das participações emitidas em troca do controle da adquirida, quando aplicável. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição. **Demonstrações financeiras individuais** Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPD 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e

passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente. **c) Ágio na aquisição de investimentos societários** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado pelo custo na data da combinação do negócio. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("*impairment*"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades. Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indícios de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente. **d) Classificação circulante e não circulante** O Grupo apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: **• Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;** **• Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;** **• Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço;** **• E caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço.** Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: **• Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;** **• Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;** **• Deve ser liquidado em até doze meses após a data do balanço;** **• A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço.** Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. O Grupo classifica todos os demais passivos como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante. **e) Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa compreendem caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor, com vencimento original de até três meses a partir da data da aplicação. Esses recursos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para fins de investimento ou outros propósitos. As aplicações financeiras são registradas pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o respectivo valor de mercado ou de realização. **f) Instrumentos financeiros Ativos financeiros** *Ativo financeiro - Reconhecimento inicial e mensuração.* Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado - VJR, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou abrangente. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para contas a receber de clientes a mensuração inicial se dá pelo preço da transação. *Ativo financeiro - Mensuração subsequente* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: **• Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).** **• Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).** **• Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).** **• Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.** *Ativos financeiros ao custo amortizado* São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. *Ativos financeiros - Valor justo por meio do resultado* Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. *Redução ao valor recuperável* A Companhia reconhece provisão para perda de crédito esperado para seus ativos classificados ao custo amortizado. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos e em modelos construídos para esse fim. **Passivos financeiros** *Passivos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros do Grupo incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e outros débitos. *Passivos financeiros - Mensuração subsequente* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: **• Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado;** **• Passivos financeiros ao custo amortizado.** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: *Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (empréstimos e financiamentos)* Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de compra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Esta é a categoria mais relevante para o Grupo. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraiados e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraiados, sujeitos a juros. *Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: **• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;** **• O Grupo transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **g) Contas a receber de clientes** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a provisão para redução ao valor recuperável e glosas. Uma provisão para redução ao valor recuperável é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber e uma provisão para glosa é registrada com base na experiência histórica de glosa da Companhia. **h) Glosas** A Companhia está exposta a perdas devido à glosa de contas a receber. As glosas consistem em perdas de transações decorrentes das operadoras de planos de saúde, que questionam itens das contas alegando não serem devidos. As provisões para esses itens representam a estimativa de perdas futuras com base na experiência histórica. Essas provisões para glosas são registradas como redução de receita. **i) Estoques** Os estoques são compostos por materiais hospitalares e medicamentos e avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o seu valor de mercado. Dada a natureza dos estoques da Companhia, a Administração efetua a baixa dos itens vendidos ou obsoletos. **j) Propriedade para investimento** Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. A Companhia adota como prática manter suas propriedades para investimento ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e de eventual provisão para perda por redução ao valor recuperável. **k) Imobilizado** Terrenos, edificações, benfeitorias, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. A depreciação dos ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. O imobilizado é reclassificado para propriedade para investimento quando não for destinado para uso. **l) Ativos intangíveis** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. A amortização dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, que é em média de 20% ao ano. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente e no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é baixado na competência de sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **m) Investimentos** Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos do Grupo em suas controladas são reconhecidos inicialmente ao custo e contabilizados subsequentemente com base no método da equivalência patrimonial. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação do Grupo no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução ao valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação do Grupo nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes do Grupo. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, o Grupo reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre o Grupo e a controlada são eliminados em proporção à participação. A soma da participação do Grupo nos resultados é apresentada na demonstração do resultado, representando o resultado final após os tributos e as participações de não controladores nas controladas. As demonstrações financeiras são elaboradas para o mesmo período de divulgação que as do Grupo. Quando necessário, são feitos ajustes para que as políticas contábeis fiquem alinhadas com as do Grupo. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Grupo determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento do Grupo. O Grupo determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Grupo calcula o montante da

# HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado. Ao perder influência significativa sobre o investimento, o Grupo mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado. **n) Arrendamentos.** O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Grupo como arrendatário.** O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **Grupo como arrendador.** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. O Grupo reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'. **Ativos de direito de uso.** O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo em questão está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova reavaliação dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo: • Unidade máquinas: 1 a 20 anos; • Veículos automotores e outros equipamentos: 2 a 5 anos. Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. **Passivos de arrendamento.** Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é recalculado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor.** O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. **o) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de dez anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o décimo ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de reversão ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **p) Provisões. Geral.** Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, quando seja provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento. **Provisões para demandas judiciais.** Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios.** Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo. Subsequentemente, é mensurado entre o maior valor que seria reconhecido de acordo com a política contábil de provisões acima (CPC 25) ou o valor inicialmente reconhecido menos, quando for o caso, a amortização acumulada reconhecida de acordo com a política de reconhecimento de receita. **Garantia de reembolso de contingência - ativo indenizatório.** Os reembolsos esperados por outras partes necessários para liquidar uma provisão são reconhecidos somente quando for praticamente certo que o reembolso será recebido. O reembolso é tratado como um ativo separado e não ultrapassa o valor da provisão. **q) Reconhecimento de receita.** As receitas são reconhecidas conforme estabelece o CPC 47 e decorrem da prestação de serviços hospitalares, inclusive do uso de medicamentos e materiais hospitalares. A receita é reconhecida no momento da prestação dos serviços médicos, na extensão ou proporção que satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o serviço prometido ao cliente, sendo registradas líquidas da expectativa de abatimentos, glosas e descontos comerciais. As receitas decorrentes de contratos com clientes são reconhecidas por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito, em troca de transferência de serviços para um cliente e são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, deduzidas de abatimentos, descontos, impostos correspondentes, glosas e encargos estimados. A Companhia controla os produtos ou serviços antes de transferi-los para o cliente, sendo que o controle e todos os direitos e benefícios decorrentes da prestação de serviços da Companhia fluem para o cliente no momento da prestação dos serviços hospitalares. Não há obrigações de desempenho futuro e condições restritivas de pagamentos relevantes, exceto pelas glosas efetuadas pelos Convênios, e que também estavam contempladas nas provisões para perdas no momento do reconhecimento da receita, em contrapartida ao contas a receber. A Companhia revisa periodicamente suas perdas históricas com glosas e a posição atualizada de clientes e faturas, com o objetivo de estimar adequadamente os valores recuperáveis de seus recebíveis. Os custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade do regime contábil da competência. **r) Tributos Impostos correntes.** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque inclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício. O regime de tributação adotado pela Companhia e pelas controladas é pelo lucro real, cuja apuração é efetuada de forma individual por cada empresa do Grupo. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Algumas controladas apuram o lucro tributável pelo regime de lucro presumido. **Tributos diferidos ativos e passivos.** É gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: • Quando imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: • Quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação e negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. • Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, tributos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados a taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. **s) Benefícios a empregados.** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **t) Receitas financeiras e despesas financeiras.** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia reconhece os juros pagos como atividade de financiamento em suas demonstrações de fluxo de caixa tais encargos representam o custo de obtenção de recursos financeiros e estão intrinsecamente associados às decisões de financiamento da Companhia, e não à geração operacional de caixa. **2.7 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas.** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. O Grupo não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações finan-

ceiras. **Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.** O "CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis" será substituído pelo "CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis" e se aplicará a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacionais, de investimento, de financiamento, de operações de descontinuidades e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará. As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras. Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Grupo ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMS. O Grupo também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outras. **Outras Normas Contábeis.** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02); • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40); • Reforma Tributária sobre o Consumo. Em 16 de janeiro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, que institui um novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil. A referida legislação estabelece a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços, incluindo PIS, COFINS, ICMS, ISS e parcialmente o IPI, pelos novos tributos sobre valor agregado; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios, além do Imposto Seletivo (IS), de competência federal. O novo sistema tributário será implementado de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2032, durante o qual haverá coexistência entre o regime tributário atual e o novo modelo. A Administração do Grupo Santa vem acompanhando a evolução da regulamentação da reforma tributária e avaliando os potenciais impactos em suas operações e estrutura tributária. Considerando que diversos aspectos relevantes ainda dependem de regulamentação complementar e definição de alíquotas efetivas, até o presente momento não é possível mensurar de forma confiável os efeitos financeiros decorrentes dessas mudanças nas demonstrações financeiras. **3. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 3.1 Instrumentos Financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, fornecedores e, empréstimos e financiamentos. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante tem liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos, vide abaixo:

	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	96.585	230.588	96.585	230.588
Contas a receber de clientes	415.637	404.995	415.637	404.995
Adiantamentos	38.058	27.826	38.058	27.826
Transação entre sócios e outros	192.916	6.853	192.916	6.853
Instrumentos financeiros derivativos	23.467	64.068	23.467	64.067
Outros créditos	31.814	31.326	31.814	31.326
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	85.848	89.464	85.848	89.464
Empréstimos e financiamentos	857.893	962.151	857.893	962.151
Instrumentos financeiros derivativos	13.537	32.824	13.537	32.824
Parcelamentos tributários	22.812	25.884	22.812	25.884
Obrigações com partes relacionadas	5.304	-	5.304	-
Obrigações a pagar por aquisição	104.348	167.121	104.348	167.121
Outras obrigações	51.368	49.713	51.368	49.713

	Valor contábil		Valor Justo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
<b>Consolidado</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	389.449	432.750	389.449	432.750
Contas a receber de clientes	986.365	905.423	986.365	905.423
Adiantamentos	56.493	44.039	56.493	44.039
Transação entre sócios e outros	192.916	6.694	192.916	6.694
Instrumentos financeiros derivativos	23.467	64.068	23.467	64.068
Outros créditos	40.508	46.815	40.508	46.815
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores	192.091	168.839	192.091	168.839
Empréstimos e financiamentos	858.570	968.744	858.570	968.744
Instrumentos financeiros derivativos	13.537	32.824	13.537	32.824
Parcelamentos tributários	112.149	119.401	112.149	119.401
Obrigações com partes relacionadas	49.975	-	49.975	-
Obrigações a pagar por aquisição	104.348	167.121	104.348	167.121
Outras obrigações	132.684	139.509	132.684	139.509

**3.2. Fatores de risco financeiro.** As atividades do Grupo expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O Grupo segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco do Grupo foi definido pela administração. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. **a. Risco de crédito.** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adota a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Assim como as garantias contratadas, as aplicações financeiras do Grupo são realizadas com instituições financeiras de primeira linha visando a redução de risco. As operações de derivativos contratadas pelo Grupo são exclusivamente vinculadas a empréstimos contratados junto a instituições financeiras visando a redução do custo financeiro do seu endividamento. O Grupo não realiza operações de futuros e opções. Por meio de controles internos, o Grupo monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra perdas esperadas de créditos consideradas prováveis. O Grupo possui um comitê para avaliação das provisões considerando: (i) o risco jurídico, (ii) o risco de crédito, (iii) o risco de financeiro, (iv) o risco do paciente particular, (v) risco operacional, e (vi) o risco temporal da carteira de recebíveis. A análise do comitê tem por objetivo trazer maior veracidade para as provisões considerando todos os aspectos citados acima. Portanto, o Grupo reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base e avalia, através do comitê, se são necessários ajustes adicionais para que todas as contas a receber reflitam sua real recuperabilidade em cada fechamento. A exposição máxima do risco de crédito do Grupo é representada pelos valores contábeis das contas a receber de R\$ 986.365 (R\$ 905.423 em 31 de dezembro de 2024). **b. Risco de mercado (taxa de juros).** O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que elas possuem empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas. Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI, IPCA e variação cambial. A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI, IPCA e variação cambial. A Companhia considera o risco de variações das taxas como fatores de riscos de mercado relevantes. Em 31 de dezembro de 2025, foi obtido o CDI para os próximos 360 dias, de 13,45%, conforme obtido na B3 e as demais taxas foram obtidas com base em fontes de referência. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização e deterioração da ordem de 25% e 50% das taxas acumuladas e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

	Controladora			
	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%	Cenário I Apreciação de 25%	Cenário II Apreciação de 50%
<b>Operação</b>				
Aplicações indexadas ao CDI	95.812	9.665	16.108	19.330
Empréstimos indexados ao CDI	(854.871)	(86.235)	(574.900)	(143.725)
Empréstimos indexados ao IPCA	(3.022)	(92)	(61)	(183)
		<b>(76.662)</b>	<b>(51.109)</b>	<b>(153.323)</b>
Taxa anual do CDI em dezembro de 2025	13,45%	10,09%	6,73%	16,81%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,36%	6,73%	-3,36%
Cotação do dólar em dezembro de 2025	5,5	4,125	2,0625	6,875
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,375	-3,4375	1,375
Cotação do IPCA em dezembro de 2025	4,04%	3,03%	2,02%	5,05%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,01%	-2,02%	1,01%

	Consolidado			
	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%	Cenário I Apreciação de 25%	Cenário II Apreciação de 50%
<b>Operação</b>				
Aplicações indexadas ao CDI	384.890	38.828	25.884	64.710
Empréstimos indexados ao CDI	(855.003)	(86.248)	(574.999)	(143.747)
Empréstimos indexados ao IPCA	(3.344)	(101)	(68)	(169)
Empréstimos Pré-fixado	(222)	-	-	(203)
Empréstimos indexados à variação cambial	-	-	-	-
		<b>(47.524)</b>	<b>(31.683)</b>	<b>(79.207)</b>
Taxa anual do CDI em dezembro de 2025	13,45%	10,09%	6,73%	16,81%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,36%	6,73%	-3,36%
Cotação do dólar em dezembro de 2025	5,5	4,125	2,0625	6,875
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,375	-3,4375	1,375
Cotação do IPCA em dezembro de 2025	4,04%	3,03%	2,02%	5,05%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,01%	-2,02%	1,01%

Em 31 de dezembro de 2024, foi obtido o CDI, para os próximos 360 dias, de 15,18%, conforme obtido na B3 e as demais taxas foram obtidas com base em fontes de referência. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos valorização e deterioração da ordem de 25% e 50% das taxas acumuladas e deste modo, os efeitos no resultado poderiam ser assim observados:

	Controladora			
	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%	Cenário I Apreciação de 25%	Cenário II Apreciação de 50%
<b>Operação</b>				
Aplicações indexadas ao CDI	226.924	25.835	17.224	43.059
Empréstimos indexados ao CDI	(888.478)	(101.153)	(67.435)	(168.589)
Empréstimos indexados ao IPCA	(4.947)	(163)	(109)	(272)
Empréstimos indexados à variação cambial	-	-	-	-
		<b>(75.481)</b>	<b>(50.321)</b>	<b>(125.802)</b>
Taxa anual do CDI em dezembro de 2024	15,18%	11,39%	7,59%	18,98%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,80%	7,59%	-3,80%
Cotação do dólar em dezembro de 2024	5,6	4,2	2,1	7
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,4	-3,5	1,4
Cotação do IPCA em dezembro de 2024	4,40%	3,30%	2,20%	5,50%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,10%	-2,20%	1,10%

	Consolidado			
	Cenário I Deterioração de 25%	Cenário II Deterioração de 50%	Cenário I Apreciação de 25%	Cenário II Apreciação de 50%
<b>Operação</b>				
Aplicações indexadas ao CDI	396.695	45.049	30.032	75.081
Empréstimos indexados ao CDI	(888.478)	(168.674)	(202.409)	(168.674)
Empréstimos indexados ao IPCA	(4.947)	(177)	(118)	(295)
Empréstimos Pré-fixado	(5.733)	-	-	-
Empréstimos indexados à variação cambial	-	-	-	-
		<b>(123.802)</b>	<b>(172.495)</b>	<b>(93.888)</b>
Taxa anual do CDI em dezembro de 2024	15,18%	11,39%	7,59%	18,98%
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,80%	7,59%	-3,80%
Cotação do dólar em dezembro de 2024	5,6	4,2	2,1	7
Variação que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,4	-3,5	

## HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

	Cenário provável	Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Taxa anual do CDI em dezembro de 2024	15,18%	11,39%	7,59%	18,98%	22,77%
Varição que impactaria o saldo em ambos os cenários		3,80%	7,59%	-3,80%	-7,59%
Cotação do dólar em dezembro de 2024	5,6	4,2	2,1	7	8,4
Varição que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,4	-3,5	1,4	2,8
Cotação do IPCA em dezembro de 2024	4,40%	3,30%	2,20%	5,50%	6,60%
Varição que impactaria o saldo em ambos os cenários		-1,10%	-2,20%	1,10%	2,20%

**c. Risco de liquidez.** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A seguir, posição dos passivos financeiros por vencimento:

31 de dezembro de 2025	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	857.893	207.546	211.475	504.985	368.655
Fornecedores	85.848	85.848	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	104.348	13.356	40.181	78.548	-
Parcelamentos tributários	22.812	6.721	7.307	12.622	-
Outras contas a pagar	51.368	20.554	8.652	5.592	23.163

**d. Risco de variação cambial.** O risco de variação cambial decorre da possibilidade de flutuações nas taxas de câmbio impactarem ativos, passivos ou fluxos de caixa denominados em moeda estrangeira, especialmente relacionados à aquisição de equipamentos e insumos hospitalares importados. Com o objetivo de mitigar essa exposição, parte das obrigações da Companhia possui operações de swap cambial associadas, estruturadas para converter a exposição originalmente referenciada em moeda estrangeira para encargos financeiros em moeda local, reduzindo os impactos decorrentes de oscilações nas taxas de câmbio. Dessa forma, a Administração entende que a exposição líquida da Companhia ao risco cambial, na data-base das demonstrações financeiras, não é considerada relevante em relação à sua posição patrimonial e financeira, em linha com as práticas de divulgação previstas no CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. **3.3. Gestão de capital.** A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. A administração do capital da Companhia tem como objetivos principais salvaguardar a capacidade de continuidade, oferecer retorno aos acionistas e manter uma estrutura de capital ideal para otimizar os custos incorridos. A Companhia ajusta a estrutura do capital conforme as mudanças nas condições econômicas e os requerimentos de manutenção de índices financeiros. Como controladora do grupo econômico "Grupo Santa", a Companhia realiza análises centralizadas para alocação e uso do seu capital, visando maior eficiência e retorno sobre os investimentos de cada unidade hospitalar. A administração acompanha os quocientes de alavancagem de cada unidade, bem como o comportamento da geração de caixa operacional e aging da carteira de recebíveis.

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos	857.893	962.151
Instrumentos derivativos	(9.929)	(31.244)
<b>Divida financeira</b>	<b>847.964</b>	<b>930.907</b>
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(96.585)	(230.588)
Divida Líquida financeira	751.379	700.319
Patrimônio líquido	1.402.051	1.029.197
Quociente de alavancagem	0,54	0,68

A gestão de capital da Companhia, entre outras coisas, visa assegurar que o Grupo tenha capacidade financeira de cumprir com todos os compromissos financeiros associados aos empréstimos, financiamentos e quaisquer obrigações que possa para a operacionalização de suas atividades.

	Controladora	Consolidado
Caixa e bancos	773	3.665
Aplicações financeiras de curto prazo	95.812	226.924
<b>96.585</b>	<b>230.588</b>	<b>389.449</b>

As aplicações financeiras possuem alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A carteira de aplicações financeiras possui taxa média de remuneração de 100,64% (100% em 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

	Controladora	Consolidado
Convênios de assistência	246.737	257.361
Clientes particulares	20.603	16.177
Atendimentos não faturados	199.765	176.973
Perdas por redução ao valor recuperável e glosas	(55.638)	(49.000)
<b>Total contas a receber de clientes</b>	<b>411.467</b>	<b>401.511</b>
Cheques a receber	-	-
Cartões de crédito	4.170	3.484
<b>415.637</b>	<b>404.995</b>	<b>986.365</b>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora	Consolidado
A Vencer	237.926	226.370
Vencidos até 30 dias	62.469	54.001
Vencidos de 31 até 60 dias	29.667	34.022
Vencidos de 61 até 90 dias	16.748	18.264
Vencidos de 91 até 180 dias	27.450	28.847
Vencidos de 181 até 360 dias	24.401	25.784
Vencidos acima de 361 dias	68.294	63.222
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(55.488)	(49.000)
<b>411.467</b>	<b>401.511</b>	<b>975.822</b>

O registro contábil dos valores a receber de clientes é sensibilizado com o risco de perda, controlado pela Companhia. A movimentação da perda por redução ao valor recuperável e glosas é composta da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo inicial</b>	<b>(49.000)</b>	<b>(41.344)</b>
(+) Provisão de perdas	(14.048)	(8.799)
(-) Reversão de perdas	8.560	926
<b>(-) Provisão de perdas</b>	<b>(5.487)</b>	<b>(7.873)</b>
Estimativa de perda sobre atendimentos não faturados	(1.150)	218
<b>(-) Resultado redução por valor recuperável do contas a receber</b>	<b>(6.638)</b>	<b>(7.655)</b>
<b>Saldo final</b>	<b>(55.638)</b>	<b>(49.000)</b>

	Controladora	Consolidado
Perdas reconhecidas	7.105	(4.185)
Baixa (perdas efetivas)	1.837	201
Reversão de baixa (perdas efetivas)	(5.268)	(3.984)
<b>(-) Total baixa (perda efetiva)</b>	<b>(2.631)</b>	<b>(3.762)</b>

	Controladora	Consolidado
Adiantamentos fornecedores de materiais	7.973	9.755
Adiantamentos fornecedores de serviços (a)	28.791	14.350
Adiantamentos a funcionários	331	2.683
Outros adiantamentos	963	1.038
<b>38.058</b>	<b>27.826</b>	<b>56.493</b>

(a) Em 10 de setembro de 2025, a Companhia assinou acordo de Investimento e Outras Avenças com o REDE ONE CARE S.A., na cidade Bauri, São Paulo. O investimento será integralizado somente após o fechamento da operação, previsto para 2026, entretanto, até o presente momento a Companhia já realizou adiantamentos para Rede One Care S.A., os quais serão integralmente reembolsados caso a operação não seja concluída entre as Partes.

	Controladora	Consolidado
Medicamentos e material hospitalar	24.099	17.590
Almoxarifado em geral	780	1.257
Outros Estoques	79	80
<b>24.958</b>	<b>18.927</b>	<b>55.628</b>

	Controladora	Consolidado
PIS e COFINS a recuperar	1.429	1.746
ISS a recuperar	32	214
INSS a recuperar	-	-
Outros impostos a recuperar	27	26
<b>1.488</b>	<b>1.986</b>	<b>2.882</b>

A Companhia possui créditos tributários dos impostos retidos na fonte sobre serviços prestados aos seus clientes, que são convênios de assistência à saúde, tanto públicos quanto privados. A realização ocorrerá por meio de compensação com tributos a recolher.

	Controladora	Consolidado
IRPJ	19.111	10.258
CSLL	5.642	6.745
<b>24.753</b>	<b>17.003</b>	<b>46.851</b>

	31 de dezembro de 2024
Empréstimos e financiamentos	857.893
Fornecedores	85.848
Contas a pagar por aquisição de empresas	104.348
Parcelamentos tributários	22.812
Outras contas a pagar	51.368
<b>1.082.269</b>	

	Controladora	Consolidado
Contrato de SWAP - Moeda	23.467	64.068
<b>23.467</b>	<b>64.068</b>	<b>64.068</b>

	Controladora	Consolidado
Contrato de SWAP - Taxa de Juros (i)	(13.537)	(32.824)
<b>(13.537)</b>	<b>(32.824)</b>	<b>(13.537)</b>

Instrumentos financeiros, líquidos

	Controladora	Consolidado
Saldo anterior	(31.243)	(3.756)
Novas contratações	-	5.530
Liquidações do instrumento financeiro	(5.752)	(5.793)
Mensuração a valor justo	27.066	(27.223)
<b>(9.929)</b>	<b>(31.243)</b>	<b>(9.929)</b>

(i) A Companhia possui contratos de swaps atrelados especificamente a contratos de empréstimo bancário, com o mesmo *notional* e vigência. Dessa forma, a Companhia fica protegida contra oscilações de moeda estrangeira. Os swaps trocam: (a) fluxo de juros e principal em moeda estrangeira por reais mais um percentual do CDI ou CDI + spread; (b) taxas de juros pré-fixadas por pós-fixadas.

	Controladora	Consolidado
Valores a receber (a)	29.881	31.326
Despesas antecipadas	-	284
Top life corretoras de seguros	1.900	-
Depósito Garantia	33	1.113
<b>31.814</b>	<b>31.326</b>	<b>40.508</b>

Circulante

	Controladora	Consolidado
Não Circulante	29.881	31.326
<b>29.881</b>	<b>31.326</b>	<b>37.495</b>

(a) São valores a receber oriundos das transações com empréstimo de mercadorias hospitalares entre empresas do Grupo e terceiros. A transação é realizada pelo valor de custo dos estoques e a quitação ocorre no curso normal dos negócios.

	Controladora	Consolidado
11. Transações com partes relacionadas. Os principais ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de prestação de serviços hospitalares, empréstimos de produtos hospitalares, empréstimos e financiamentos bancários, e mútuos. Todas as transações são pactuadas com preços e condições acordadas entre as partes ou a valor de mercado, como segue:		

	Controladora	Consolidado
Contas a receber	1.233	5.002
Hospital Maria Auxiliadora S.A.	3.072	4.140
Hospital Prontonorte S.A.	28.882	23.491
Bradesco Seguros S/A. (e)	3.507	23.471
Banco Bradesco S/A. (Atendimentos a faturar) (e)	36.694	56.104
<b>36.694</b>	<b>56.104</b>	<b>32.389</b>

	Controladora	Consolidado
Outras contas a receber	189.433	-
Empréstimos de produtos hospitalares (c)	29.881	10.378
Transação com sócios	3.102	4.105
Aportes de Capital a Receber - Atlântica Participações S/A; (g)	192.916	6.854
Mútuo a receber - Centro Radiológico de Brasília S.A. (a)	3.102	4.105
Mútuo a receber - JPL Administração (a)	382	1.061
Mútuo a receber - Acionistas (b)	192.916	6.854
Mútuo a receber - Outros (a)	382	636
<b>192.916</b>	<b>6.854</b>	<b>192.916</b>

	Controladora	Consolidado
Passivo	3.729	2.527
Fornecedores	2.101	1.958
Vertical DF Soluções para saúde	2.101	1.958
Viva Comércio e importação Ltda	5.830	4.485
<b>5.830</b>	<b>4.485</b>	<b>14.815</b>

	Controladora	Consolidado
Empréstimos e financiamentos - com instituições financeiras	296.679	296.886
Empréstimos e financiamentos - Bradesco S/A	296.679	296.886
Outras contas a pagar	5.002	1.542
JPL Administração (Arrendamentos) (d)	17.657	6.372
Empréstimo de produtos hospitalares (c)	22.659	7.914
<b>22.659</b>	<b>7.914</b>	<b>34.305</b>

	Controladora	Consolidado
Dividendos a pagar acionistas	69.940	-
Obrigações com acionistas	5.304	-
Valores a serem convertidos em ações (f)	-	44.670
<b>5.304</b>	<b>-</b>	<b>49.975</b>

	Controladora	Consolidado
Resultado	168	-
Receitas de prestações de serviços	3.941	3.234
Prestação de serviços para Hospital Prontonorte S.A.	2.184	2.744
Prestação de serviços para Hospital Maria Auxiliadora S.A.	152.172	150.099
Prestação de serviços para o Bradesco Saúde	158.297	156.077
<b>158.297</b>	<b>156.077</b>	<b>245.898</b>

	Controladora	Consolidado
Custos dos serviços	19.055	15.183
Custos medicamentos e materiais hospitalares (Vertical)	13.286	11.543
Custos medicamentos e materiais hospitalares (Viva)	32.341	26.726
<b>32.341</b>	<b>26.726</b>	<b>40.236</b>

	Controladora	Consolidado
Despesas de juros incorridos sobre mútuos	168	-
Juros incorridos sobre empréstimos - Bradesco S/A	37.456	32.824
Despesas de juros incorridos sobre mútuos	-	(24)
<b>37.456</b>	<b>32.824</b>	<b>37.369</b>

Os saldos e as transações com partes relacionadas são a seguir apresentados: (a) Saldos são provenientes de mútuos. Estas transações são apresentadas pelo valor nominal acrescido de 1% de juros a.a. O contrato de mútuo tem por objetivo a concessão de crédito rotativo para empresas de mesmos controladores, ou seja, exclusivamente para custeio de capital de giro. O empréstimo segue contratos formais, com liberação de recursos conforme necessidade do mutuário e possibilidade do mutuante. O vencimento é revisado periodicamente pela Administração, sem expectativa de liquidação nos próximos 12 meses. (b) Saldos a receber junto a pessoas físicas decorrente de empréstimos. Seu prazo de vencimento e tratado regularmente pela administração. (c) Refere-se a empréstimos fornecidos pela Companhia por meio de empréstimos. As transações são realizadas pelo valor de custo dos medicamentos e sua liquidação ocorre no curso normal dos negócios. (d) Refere-se a contrato de aluguel de prédio administrativo da unidade HSL o qual é reconhecido de acordo com o CPC 06(R2) - Arrendamentos. (e) O acionista da Companhia, a Atlântica Hospitalares e Participações S.A., é controlada diretamente pelo Bradesco Gestão de Saúde S.A que tem como controlador final o Banco Bradesco S.A., considerado pela Administração como parte relacionada para fins de divulgação. (f) Refere-se ao imóvel do Hospital de Medicina Especializada, anteriormente detido pelos acionistas da família Leal e utilizado nas operações da unidade. Em 2025, o referido imóvel foi integralizado ao patrimônio da Companhia, passando a compor seu ativo imobilizado. O valor correspondente à obrigação registrada será posteriormente convertido em ações da Companhia, conforme deliberação societária, de forma a preservar o equilíbrio da participação societária entre os acionistas. (g) Em 31 de agosto de 2023, o Hospital Santa Lúcia S.A. celebrou acordo de investimento com a Atlântica

	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	962.151	204.593	261.576	604.947	173.170
Fornecedores	89.464	89.464	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	167.121	146.638	27.801	3.410	-
Parcelamentos tributários	25.884	6.018	6.710	19.950	-
Outras contas a pagar	49.714	15.095	1.212	15.520	17.888
<b>1.292.334</b>	<b>462.508</b>	<b>303.307</b>	<b>77.903</b>	<b>84.927</b>	<b>197.988</b>

	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	858.570	207.897	211.581	505.144	368.655
Fornecedores	115.640	115.640	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	104.348	13.356	40.181	78.548	-
Parcelamentos tributários	112.149	33.366	34.363	55.393	4.115
Outras contas a pagar	132.683	48.380	17.959	10.802	66.098
<b>1.343.390</b>	<b>418.282</b>	<b>247.104</b>	<b>123.823</b>	<b>156.287</b>	<b>434.976</b>

	Valor contábil	Até 12 meses*	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Acima de 5 anos
Empréstimos e financiamentos	968.744	210.158	261.933	605.266	173.170
Fornecedores	168.839	168.839	-	-	-
Contas a pagar por aquisição de empresas	167.121	146.638	27.801	3.410	-
Parcelamentos tributários	119.402	29.838	31.623	82.989	10
Dividendos a pagar	24.781	24.781			

# HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

utilizando projeções de fluxo de caixa aprovadas pela Administração para um horizonte de 10 anos, taxa de desconto correspondente ao custo médio ponderado de capital do setor hospitalar e crescimento de longo prazo compatível com o mercado. Após essa avaliação, a Administração concluiu que o valor recuperável dos investimentos excede seus respectivos valores contábeis, não havendo necessidade de reconhecimento de perda por *impairment* na presente data-base.

## Movimentação do investimento

	M2 Participações Societárias	Ânima Centro Hospitalar	Hospital Ortopédico	Procardio	Hospital Pronto-Socorro S/A	Hospital Maria Auxiliadora S/A	Centro Radiológico de Brasília S/A	Centro Radiológico de Gama S/A	Vaga certa serviços de estacionamento Ltda	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2024</b>	<b>391.049</b>	<b>132.153</b>	<b>21.787</b>	<b>99.365</b>	<b>222.530</b>	<b>161.045</b>	<b>5.476</b>	<b>6.263</b>	<b>1.271</b>	<b>1.040.939</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	40.317	13.849	5.610	23.970	1.500	—	1.800	—	—	87.046
Equivalência patrimonial	3.928	2.048	(5.364)	2.586	53.885	62.248	—	(23)	816	121.334
Depreciação mais valia de ativos	(126)	(567)	(96)	(1.031)	—	—	—	—	—	(1.820)
Dividendos distribuídos	—	—	—	—	(12.798)	(14.784)	—	—	—	(27.776)
Outros	—	—	—	—	85	—	—	—	—	85
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>435.168</b>	<b>147.483</b>	<b>21.937</b>	<b>124.890</b>	<b>265.202</b>	<b>208.509</b>	<b>7.253</b>	<b>6.885</b>	<b>2.481</b>	<b>1.219.808</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	25.631	17.400	3.780	24.590	—	—	400	—	—	71.801
Equivalência patrimonial	(7.915)	2.407	(2.187)	(7.305)	69.819	75.880	266	192	1.631	132.788
Dividendos distribuídos	—	—	—	—	(16.582)	(18.022)	(63)	(45)	—	(34.712)
Depreciação mais valia de ativos	(122)	(736)	(96)	(92)	—	—	—	—	—	(1.046)
Perda por <i>impairment</i> ágio	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Capitalização de juros obras	2.274	1.000	—	—	790	—	—	—	—	4.064
Outros	—	—	—	—	(511)	—	—	—	(893)	(1.404)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>455.036</b>	<b>167.554</b>	<b>23.434</b>	<b>141.572</b>	<b>319.229</b>	<b>266.367</b>	<b>7.856</b>	<b>7.032</b>	<b>3.219</b>	<b>1.391.299</b>

**Demonstrações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.** As demonstrações financeiras resumidas relativas as controladas nas quais a Companhia possui participação são as seguintes:

Empresas	31/12/2025				31/12/2024			
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
M2 Participações	279.378	129.160	150.083	(7.915)	206.474	73.847	132.627	3.928
Hospital Ortopédico	11.602	1.501	10.101	(2.187)	10.504	1.995	8.508	(5.365)
Ânima Centro Hospitalar	144.647	36.966	107.681	2.408	126.208	38.336	87.873	2.048
Procardio Centro Cardio Respiratório	80.670	25.131	55.539	(7.307)	68.035	29.241	38.794	2.588
Hospital Pronto-Socorro S/A	512.209	197.019	318.383	69.819	445.156	179.954	265.202	53.885
Hospital Maria Auxiliadora S/A	422.700	158.255	266.109	75.880	342.407	133.898	208.509	62.247
Centro Radiológico de Brasília S/A	9.522	1.666	7.856	266	10.116	2.862	7.253	(23)
Centro Radiológico de Gama S/A	8.361	1.331	7.031	192	8.251	1.366	6.885	816
Vaga certa serviços de estacionamento	3.403	184	3.219	1.631	2.627	146	2.481	1.209
<b>Total</b>	<b>1.472.492</b>	<b>551.213</b>	<b>926.002</b>	<b>132.787</b>	<b>1.219.778</b>	<b>461.645</b>	<b>758.132</b>	<b>121.333</b>

## 14. Propriedades para investimentos

Imóveis – terrenos	31/12/2025		31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
(-) Redução ao valor recuperável	32.809	32.809	35.289	35.289
	(2.097)	(2.742)	(2.097)	(2.742)
	30.712	30.067	33.192	32.547

Reconhecidas inicialmente pelo método do custo, as propriedades para investimento, compostas por imóveis que são mantidas para rendimentos e não são ocupadas pela Companhia. O valor justo da propriedade para investimento foi determinado por avaliadores imobiliários externos e independentes, a nível na hierarquia do valor justo nível 3, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. As propriedades para investimento referem-se a terrenos que no momento não se encontram arrendados a terceiros e, portanto, não geraram receitas no exercício.

### Técnica de avaliação

Técnica utilizada na elaboração do laudo de avaliação patrimonial que embasou a mensuração pelo valor justo foi a precificação média de mercado, através do método comparativo direto de dados do mercado. Esse método foi determinado a partir da análise técnica do comportamento do mercado imobiliário relativo a imóveis semelhantes, de mesmo segmento e que estejam enquadrados no mesmo universo mercadológico.

## 15. Imobilizado

Descrição do Bem	Controladora 2025		Controladora 2024		Consolidado 2025		Consolidado 2024		Taxa anual de depreciação
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	
Edificações e Construções	126.564	(31.819)	94.745	97.019	424.624	(68.758)	355.866	273.553	2%
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	7.123	(2.330)	4.793	1.231	15.283	(2.904)	12.379	1.235	5,6%
Terrenos	4.887	—	4.887	4.887	23.191	—	23.191	23.191	0%
Móveis e utensílios	18.244	(10.796)	7.448	6.951	44.880	(24.163)	20.717	20.698	10%
Máquinas e equipamentos hospitalares	184.334	(106.651)	77.682	85.351	348.472	(199.559)	148.913	160.352	11,96%
Máquinas e equipamentos diversos	—	—	—	—	449	(183)	266	307	10%
Equipamentos de refrigeração	6.416	(3.106)	3.310	2.982	13.088	(6.322)	6.767	6.661	10%
Equipamentos de informática	13.736	(10.307)	3.429	3.532	28.925	(21.199)	7.725	8.588	20%
Beneficentários em imóveis de terceiros	572	(42)	531	500	17.365	(42)	17.323	500	10%
Beneficentários em imóveis próprios	16.765	—	16.765	—	28.272	—	28.272	—	10%
Elevadores	1.198	(822)	377	496	2.553	(1.478)	1.075	1.330	10%
Veículos	738	(731)	7	47	2.307	(1.727)	580	750	20%
Instalações	28.104	(5.817)	22.287	23.284	50.554	(11.211)	39.343	41.980	10%
Construções em andamento (a)	55.030	—	55.030	36.124	98.094	—	98.094	119.808	0%
Ferramentas	14	(9)	5	8	42	(19)	23	22	10%
Outras imobilizações	395	—	394	1.258	443	(34)	408	1.214	0%
<b>Total</b>	<b>464.120</b>	<b>(172.430)</b>	<b>291.690</b>	<b>263.670</b>	<b>1.098.542</b>	<b>(337.599)</b>	<b>760.942</b>	<b>660.189</b>	

(a) Construções em andamento, são gastos com modernização, expansões e revitalizações do prédio atual. Incluídos neste montante estão capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$ 8.863, calculados utilizando uma taxa de capitalização de 15,33%.

**15.1 Análise de *impairment* do imobilizado:** A Administração avaliou a existência de eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para fins de avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros, não indicando a necessidade de qualquer provisionamento.

### 15.2 Movimentação patrimonial:

Descrição do Bem	2025					31/12/2025
	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Transferências	Dep.Período	
Edificações e Construções	97.019	—	—	—	(2.273)	94.745
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	1.231	5.817	—	—	(2.256)	4.793
Terrenos	4.887	—	—	—	—	4.887
Móveis e utensílios	6.951	1.881	(130)	—	(1.253)	7.448
Máquinas e equipamentos hospitalares	85.351	10.631	—	—	(18.300)	77.682
Equipamentos de refrigeração	2.982	802	—	—	(474)	3.310
Equipamentos de informática	3.532	1.134	—	—	(1.237)	3.429
Beneficentários em imóveis de terceiros	500	—	—	51	(21)	531
Beneficentários em imóveis próprios	—	—	—	16.765	—	16.765
Elevadores	496	—	—	—	(120)	377
Veículos	47	—	—	—	(40)	7
Instalações	23.284	1.281	—	396	(2.674)	22.287
Construções em andamento	36.124	36.119	—	—	(17.212)	55.030
Ferramentas	8	—	—	—	(3)	5
Outras	1.258	—	—	(864)	—	394
<b>Total</b>	<b>263.670</b>	<b>57.665</b>	<b>—</b>	<b>(994)</b>	<b>—</b>	<b>291.690</b>

  

Descrição do Bem	2024					31/12/2024
	31/12/2023	Aquisições	Baixa	Transferências	Dep.Período	
Edificações e Construções	99.292	—	—	—	(2.273)	97.019
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	1.847	—	—	—	(616)	1.231
Terrenos	4.887	—	—	—	—	4.887
Móveis e utensílios	7.233	948	—	61	(1.291)	6.951
Máquinas e equipamentos hospitalares	87.548	9.763	—	4.372	(16.331)	85.351
Equipamentos de refrigeração	2.740	591	—	83	(432)	2.982
Equipamentos de informática	3.257	1.296	—	264	(1.285)	3.532
Beneficentários em imóveis de terceiros	521	—	—	—	(21)	500
Elevadores	551	60	—	—	(114)	496
Veículos	87	—	—	—	(40)	47
Instalações	25.381	526	—	—	(2.622)	23.284
Construções em andamento	27.160	8.964	—	—	—	36.124
Ferramentas	10	—	—	—	(3)	8
Outras	5.022	1.068	—	(52)	(4.780)	1.258
<b>Total</b>	<b>265.536</b>	<b>23.216</b>	<b>—</b>	<b>(52)</b>	<b>—</b>	<b>263.670</b>

  

Descrição do Bem	2025					31/12/2025
	31/12/2024	Aquisições	Baixa	Transferências	Dep.Período	
Edificações e Construções	274.011	49.215	—	39.201	(6.561)	355.866
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	1.235	13.935	—	—	(2.791)	12.379
Terrenos	23.191	—	—	—	—	23.191
Móveis e utensílios	20.699	3.564	(171)	8	(3.383)	20.717
Máquinas e equipamentos hospitalares	160.338	22.099	(28)	79	(33.575)	148.913
Máquinas e equipamentos diversos	350	—	—	—	(84)	266
Equipamentos de refrigeração	6.661	1.220	(12)	—	(1.102)	6.767
Equipamentos de informática	8.552	2.081	(5)	(6)	(2.897)	7.725
Beneficentários em imóveis de terceiros	501	—	—	16.843	(21)	17.323
Beneficentários em imóveis próprios	—	321	—	28.366	(7)	28.680
Elevadores	1.330	—	—	—	(255)	1.075
Veículos	1.105	82	(102)	(356)	(149)	580
Instalações	42.179	1.883	—	399	(5.118)	39.343
Construções em andamento	119.264	63.279	—	(84.449)	—	98.094
Ferramentas	22	8	—	—	(7)	23
Outras	751	198	—	(864)	(85)	—
<b>Total</b>	<b>660.189</b>	<b>157.885</b>	<b>(1.182)</b>	<b>—</b>	<b>(55.950)</b>	<b>760.942</b>

## Consolidado

Descrição do Bem	31/12/2023	Aquisições	Baixa	2024		Implantação	31/12/2024
				Transfêrências	Dep. Período		
Edificações e Construções	282.051	—	—	(1.502)	(6.561)	23	274.011
Imóveis de Terceiros - Direito de Uso	1.876	—	—	—	(641)	—	1.235
Terrenos	23.191	—	—	—	—	—	23.191
Móveis e utensílios	20.753	2.645	(24)	412	(3.406)	319	20.699
Máquinas e equipamentos hospitalares	169.216	15.952	(24)	4.610	(29.866)	450	160.338
Máquinas e equipamentos diversos	319	6	(5)	—	(41)	71	350
Equipamentos de refrigeração	5.684	1.216	(20)	198	(962)	545	6.661
Equipamentos de informática	8.282	1.930	(12)	549	(2.855)	658	8.552
Beneficentários em imóveis de terceiros	522	—	—	—	(21)	—	501
Elevadores	1.232	149	—	175	(226)	—	1.330
Veículos	1.085	190	(1)	—	(169)	—	1.105
Instalações	44.512	793	(6)	1.535	(4.655)	—	42.179
Construções em andamento	82.833	36.451	(1)	(19)	—	—	119.264
Ferramentas	33	17	(5)	—	(19)	(4)	22

## HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

de PIS e COFINS com início a partir de 28/12/2017 e com vencimento final em 30/12/2024, assim como, 5 parcelamentos aderidos junto a PGFN e RFB pela Procardio, referente a débitos de PIS e COFINS, com início a partir de 31/10/2019 e com vencimento final em 25/02/2028. (d) Refere-se a parcelamentos, realizados pela controladora Hospital Medicina Especialista, por meio de adesão a parcelamento REFIS do simples nacional de unidades incorporadas pela entidade em 2020, em até 180 parcelas, com início em 01/11/2009 e com vencimento final em 28/07/2030. **Cronograma de vencimento dos parcelamentos**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	9.543
2026	7.031	7.489
2027	6.613	6.177
Acima 2028	3.980	914
	<b>17.624</b>	<b>24.123</b>

**22. Contas a pagar por aquisição de empresas:** As contas a pagar por aquisição de empresas referem-se às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas decorrentes de combinações de negócios realizadas em exercícios anteriores. Esses valores representam parcelas vincendas contratadas com os antigos acionistas das adquiridas, incluindo componentes fixos e variáveis quando aplicável. As obrigações são mensuradas inicialmente pelo valor justo na data da aquisição e subsequentemente atualizadas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de Negócios e CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A composição dos saldos é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Obrigações Aquisições da M2 Participações	74.529	139.388	74.529	139.388
Obrigações Aquisições da Hospital Anima Ltda.	1.892	4.200	1.892	4.200
Obrigações Aquisições da Procardio	23.354	20.526	23.354	20.526
Obrigações Aquisições da Hospital Ortopédico Ltda.	717	629	717	629
Obrigações Aquisições da G14 Empreendimentos Ltda.	2.456	2.378	2.456	2.378
Obrigações Aquisições da Top Life	1.400	-	1.400	-
	<b>104.348</b>	<b>167.121</b>	<b>104.348</b>	<b>167.121</b>
Circulante	36.646	13.019	36.646	13.019
Não circulante	67.702	25.449	67.702	25.449
	<b>104.348</b>	<b>167.121</b>	<b>104.348</b>	<b>167.121</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
2025	-	141.672	-	141.672
2026	36.646	13.019	36.646	13.019
2027	13.573	12.430	13.573	12.430
2028	10.200	-	10.200	-
2029	43.929	-	43.929	-
	<b>104.348</b>	<b>167.121</b>	<b>104.348</b>	<b>167.121</b>

Os valores são atualizados de acordo com cada contrato de compra e venda, utilizando os respectivos índices: • M2 Participações: 100% do IGP-M; • Hospital Anima Ltda.: 100% do IGP-DI; • Procardio centro cardio respiratório: 100% do CDI; • Hospital Ortopédico Ltda. e G14 Empreendimentos Ltda.: 100% do IPCA.

**23. Outras obrigações**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos de Clientes	1.599	1.292	6.922	3.866
Obrigações com GSSH participações S/A (a)	20.588	21.038	64.029	65.429
Obrigações com fornecedores a longo prazo	6.055	12.537	6.055	12.537
Contrato Exclusividade Folha de pagamento (b)	-	-	6.103	6.814
Arrendamentos (f)	5.002	1.542	12.512	1.542
Parcelamento Energisa (c)	-	-	-	373
Parcelamento Hospital das Clínicas (d)	-	-	445	1.349
Empréstimos tomados de produtos (e)	17.657	13.270	34.305	46.274
Outros obrigações a pagar	467	35	2.314	1.326
	<b>51.368</b>	<b>49.713</b>	<b>132.685</b>	<b>139.509</b>
Circulante	20.465	15.825	67.764	55.640
Não circulante	30.903	33.888	64.920	83.869
	<b>51.368</b>	<b>49.713</b>	<b>132.685</b>	<b>139.510</b>

(a) Em agosto de 2021 o Grupo Santa e o Grupo Gestor em Serviços de Hemoterapia ("GSSH") firmaram contrato com objetivo de regular a prestação dos serviços de Hemoterapia e fornecimento de hemocomponentes a serem utilizados em pacientes atendidos pelo hospital. Parte do valor negociado foi recebido antecipadamente pela Companhia e será amortizado ao longo da vigência contratual (50 anos) pelo método linear. (b) Em fevereiro de 2022 foi firmado convênio junto a uma instituição financeira com objetivo de ceder a exclusividade do processamento da folha de pagamento da Companhia e suas partes relacionadas. O montante de R\$10.000 foi recebido à vista e será amortizado ao longo da vigência contratual de 7 anos. (c) Em outubro de 2019 foi firmado junto a Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. contrato com objetivo de negociar as faturas de fornecimento de energia elétrica vencidas até outubro de 2019. O contrato prevê a liquidação da dívida em 70 parcelas mensais, a partir de novembro de 2019. (d) Em outubro 2019 foi firmado acordo judicial junto ao Hospital das Clínicas de Mato Grosso com objetivo de negociar indenização contratual. O contrato prevê liquidação do saldo em 80 parcelas mensais e consecutivas, a partir da assinatura do acordo. (e) Refere-se aos medicamentos adquiridos pela Companhia por meio de operações de empréstimo com grupo Santa Lúcia e terceiros. A transação é realizada por valor de custo dos estoques e a realização ocorre com a devolução dos medicamentos, no curso normal dos negócios. (f) Refere-se aos contratos de arrendamentos do grupo abrangidos pelo CPC 06 (R2), abaixo segue a movimentação:

	Controlador		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.542	1.552	1.542	1.552
Novos contratos e atualizações	5.817	13.935	5.817	13.935
Juros incorridos	1.324	1.511	1.324	1.511
Pagamentos	(3.682)	(4.485)	(3.682)	(4.485)
Saldo final	5.002	12.512	5.002	12.512

**24. Provisão para demandas judiciais:** O Grupo é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Administração do Grupo adotou os critérios de provisionamentos de provisões trabalhistas e cíveis, por meio de critérios internos administrativos e acompanhamentos jurídicos, mantendo os controles e aprimorando os critérios de avaliação, nos controles internos, nos critérios de reconhecimento e nas bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências. Abaixo apresentamos as principais características:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista	2.547	2.356	10.778	14.301
Cíveis	3.619	4.114	5.251	5.520
Administrativas	20	20	745	745
	<b>6.186</b>	<b>6.491</b>	<b>16.774</b>	<b>20.565</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depósitos judiciais (Ativo não circulante)	6.839	5.601	14.428	11.688

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial de contingências trabalhistas	2.356	4.210	14.301	17.831
Provisão de contingências trabalhistas	1.583	1.330	2.550	3.638
(-) Reversão contingências trabalhistas	(1.392)	(3.184)	(6.073)	(7.168)
(=) Provisões contingências trabalhistas	2.547	2.356	10.778	14.301
Saldo Inicial de contingências cíveis	4.114	14.496	5.520	16.382
Provisão de contingências cíveis	2.122	832	3.808	1.378
(-) Reversão contingências cíveis	(2.617)	(11.213)	(4.077)	(12.241)
(=) Provisões contingências cíveis	3.619	4.114	5.251	5.520
Saldo Inicial de contingências administrativas	20	-	745	-
Provisão de contingências cíveis	-	20	-	745
(=) Provisões contingências cíveis	20	20	745	745
Movimentação demandas judiciais	(304)	(12.215)	(3.792)	(13.648)
Saldo Final	6.186	6.491	16.774	20.565

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a outros pleitos indenizatórios. **Processos classificados como possíveis de perda e não provisionados contabilmente:** De acordo com a posição dos consultores jurídicos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as ações com possibilidade de perda possível estavam assim resumidas:

Natureza	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhista (a)	13.475	12.759	39.761	36.410
Cíveis (b)	4.795	4.962	12.977	5.704
Tributário (c)	15.121	23.077	36.034	78.187
	<b>33.390</b>	<b>40.798</b>	<b>88.772</b>	<b>120.301</b>

(a) Trabalhista: O Grupo possui ações trabalhistas que envolvem discussões sobre pretensões de diferenças salariais e outros pleitos. (b) Cíveis Processos relacionados a indenizações por danos materiais e morais. A Companhia contesta as alegações em juízo. (c) Tributários: Os processos tributários referem-se, principalmente, a questionamentos da Receita Federal do Brasil sobre a existência de vínculo empregatício entre o Grupo e médicos que prestam serviços em seus hospitais por meio de prestação de serviços de pessoa jurídica. Diante disso, o órgão fiscalizador emitiu autuações exigindo o pagamento de contribuições sociais e encargos. Atualmente, o Grupo está judicialmente contestando essas exigências. **25. Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado de R\$ 1.041.118 (R\$ 1.041.118 em 31 de dezembro de 2024), representada por 954.113.698 ações nominativas ordinárias (954.113.698 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício de 2024, houve o incremento do capital da Companhia no montante de R\$ 406.265, sendo esse ocorrido nos eventos e datas descritas a seguir: • Em 25 de junho de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento do capital social em R\$ 6.264 mediante a emissão de 5 novas ações normativas ordinárias. Assim nesta data, o capital social integralizado e subscrito é de R\$ 641.118, representado por 799.000.010 ações ordinárias; e • Em 30 de setembro de 2024, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social no valor de R\$ 400.000 mediante a emissão de 165.113.688 novas ações normativas ordinárias. Consequentemente, nesta data, o capital social integralizado e subscrito é de R\$ 1.041.118, representado por 954.113.698 ações ordinárias. **b. Reserva de Lucros:** Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício, não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Em 2024 a reserva de lucros foi integralmente compensada com prejuízos. Após compensação total do prejuízo, a Companhia voltará a construir reserva legal. Em 2025 a reserva de lucros foi constituída no valor de R\$ 6.084 após compensação dos prejuízos acumulados. **Reserva de retenção lucros:** A reserva de retenção de lucros é constituída anualmente em conformidade com a proposta de destinação de resultado do exercício conforme deliberado em assembleia-geral ordinária. Após a constituição da reserva legal, distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio o saldo remanescente é destinado como reserva de retenção de lucros. Em 2025 a reserva de lucros foi constituída no valor de R\$ 8.329 após compensação dos prejuízos acumulados. **Fundo de resgate de parte beneficiárias:** A Companhia possui fundo de resgate de partes beneficiárias emitidas nos termos do Estatuto Social. O saldo histórico em 2025 é de R\$ 553. **c. Transação de capital:** Em 2023, a Administração da Companhia realizou transações societárias as quais tiveram como objeto a realização de uma reorganização no organograma societário, onde os acionistas família Leal passaram as ações das demais unidades para o Hospital Santa Lúcia S.A. Gerando transação de capital no patrimônio da Companhia no valor de R\$ 30.967. Em 2025, houve o incremento na transação entre sócios da Companhia no montante de R\$ 315.001, sendo esse ocorrido nos eventos e datas descritas a seguir: • Administração reconheceu no patrimônio líquido da Companhia uma transação de capital no montante de R\$ (5.304), decorrente do acordo de investimento firmado com a Atlântica Hospitais e Participações S.A., correspondente a superveniências ativas que serão futuramente pagas aos acionistas da Família Leal. • Administração reconheceu a transação de capital no patrimônio líquido da Companhia no valor de R\$ 282.970, referente aos efeitos do acordo de investimento com a Atlântica Hospitais e Participações S.A., conforme detalhado na Nota Explicativa 11(g), sendo que as integralizações serão realizadas mediante subscrição de novas ações. • Ainda durante o exercício, a Administração reconheceu no patrimônio líquido da Companhia o efeito do ajuste a valor presente no montante de R\$ 373.335, referente aos dividendos deliberados em AGE – Assembleia Geral Extraordinária, cujo pagamento está previsto até 2028. Para fins de mensuração do ajuste, foi utilizada como taxa de desconto a taxa média de captação de recursos da Companhia. Consequentemente, com as transações de capital realizadas em 2025, o saldo atualizado é de R\$ 345.968. **d. Dividendos mínimos obrigatórios:** Conforme disposição estatutária aos acionistas estão assegurados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, que somados correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício da Companhia, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. A movimentação dos dividendos está apresentada a seguir:

**Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2024**

Pagamentos no exercício	-	24.781
Dividendo mínimos obrigatórios do exercício	26.906	26.906
Dividendo complementares	80.369	80.369
<b>Dividendos distribuídos em 2025</b>	<b>107.275</b>	<b>107.275</b>
(-) Ajuste a valor presente	(37.335)	(37.335)
<b>Dividendos a pagar - 31 de dezembro de 2025</b>	<b>69.940</b>	<b>69.940</b>

**26. Receita operacional líquida**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas de serviços hospitalares	999.829	941.137	2.241.578	2.108.481
Receitas com estacionamento	-	-	4.725	3.212
Recuperação de glosas de convênios	44.674	36.923	91.684	64.406
(-) Glosas	(85.260)	(92.967)	(200.711)	(191.150)
<b>Receita Bruta</b>	<b>959.243</b>	<b>885.093</b>	<b>2.137.276</b>	<b>1.984.949</b>
(-) Impostos sobre a receita	(55.116)	(51.116)	(127.901)	(119.149)
(-) Descontos e abatimentos	-	(88)	(240)	(1.313)
<b>Receita Líquida</b>	<b>904.127</b>	<b>833.889</b>	<b>2.009.135</b>	<b>1.864.487</b>

**27. Custos dos serviços prestados**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos medicamentos e materiais hospitalares	(261.485)	(232.371)	(551.480)	(477.551)
Custos com Serviços Médicos	(168.941)	(165.411)	(367.391)	(351.751)
Custos com pessoal	(84.024)	(82.645)	(236.247)	(225.097)
Custos com Lavanderia	(3.421)	(3.270)	(11.460)	(11.831)
Custos com Alimentação Hospitalar	(123)	(138)	(5.455)	(5.351)
Custos com Exames	(9.292)	(8.232)	(16.054)	(14.466)
Custos com Esterilização	(4.865)	(4.535)	(9.793)	(10.204)
Custos com Radiologia/Radioterapia	(3.916)	(3.897)	(12.340)	(12.159)
Custos com serviços de terceiros	(6.398)	(2.183)	(8.517)	(3.520)
Custo com depreciação	(20.355)	(18.384)	(35.363)	(30.607)
Outros custos aplicados	(7.249)	(8.668)	(11.237)	(14.176)
	<b>(570.069)</b>	<b>(529.733)</b>	<b>(1.265.338)</b>	<b>(1.156.715)</b>

**28. Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários e encargos sociais	(74.805)	(66.420)	(189.870)	(169.504)
Serviços de manutenção e conservação	(13.970)	(11.185)	(34.590)	(31.164)
Serviços de terceiros	(79.082)	(98.234)	(116.831)	(138.385)
Depreciação e amortização	(9.425)	(8.547)	(20.903)	(19.297)
Despesas tributárias	(4.345)	(4.323)	(8.564)	(7.069)
Materiais de uso consumo	(8.959)	(8.293)	(16.337)	(15.380)
Locação de máq e equip.	(2.448)	(2.046)	(8.264)	(7.417)
Energia elétrica	(7.604)	(7.602)	(17.569)	(17.181)
Água e esgoto	(4.436)	(4.088)	(9.199)	(7.836)
Viagens e estadias	(1.135)	(1.201)	(1.263)	(1.318)
Outras despesas	(7.990)	(6.349)	(17.644)	(15.163)
	<b>(214.198)</b>	<b>(218.289)</b>	<b>(441.035)</b>	<b>(429.714)</b>

**29. Outras receitas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita de alugueis	1.605	537	5.896	4.094
Ativo indenizatório aquisições	13.724	22.064	13.724	22.064
Receita de direto de uso ( Folha de pagamento )	-	-	1.741	1.603
Atualização valor justo propriedades para investimento	645	-	645	-
Resultado na alienação de ativo imobilizado	-	52	-	56
Reversão (provisão) contingências trabalhistas e cíveis	-	11.503	-	12.675
Reversão de perdas efetivas de convênios e clientes	-	-	18.802	19.973
Recuperação de perdas	1.515	-	1.515	-
Outras receitas operacionais	22	22	3.960	4.379
	<b>17.512</b>	<b>34.177</b>	<b>46.283</b>	<b>64.843</b>

(a) As receitas de ativo indenizatório de aquisições são constituídas pelo reconhecimento das garantias de reembolso de contingências e ativo indenizatório conforme nota explicativa 12.

**30. Outras despesas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Provisão contingências trabalhistas e cíveis	(3.296)	-	(12.951)	-
Perdas efetivas de convênios e clientes	(5.268)			

# HOSPITAL SANTA LÚCIA S.A.

CNPJ: 00.025.841/0001-53

Controladora em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
<b>Ativos de tributos diferidos</b>				
Depreciação - Mais valia de imobilizado	2.228	619	-	2.847
Provisão de glosas	3.744	627	(701)	3.670
Provisão de ISS	1.461	264	(373)	1.351
Provisão para remuneração variável	3.091	2.691	(3.091)	2.691
Prejuízo fiscal e base negativa acumulada	22.194	44.716	(13.376)	43.031
Provisão perdas por redução do valor recuperável	7.605	8.039	(6.646)	8.998
Provisão para demandas judiciais - ativo	6.360	573	(4.726)	2.207
Provisão para honorários médicos	5.256	12.172	(4.793)	12.634
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	-	11.160	-	11.160
Provisão de outras diferenças temporárias	-	2.785	-	2.785
<b>Total dos ativos de tributos diferidos</b>	<b>51.938</b>	<b>83.646</b>	<b>(33.707)</b>	<b>91.374</b>
<b>Passivos de tributos diferidos</b>				
Diferidos sobre avaliação de vida útil	(2.963)	(367)	117	(3.213)
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	-	(21.783)	-	(21.783)
Diferidos sobre compra vantajosa	(27.080)	-	-	(27.080)
<b>Total dos passivos de tributos diferidos</b>	<b>(30.043)</b>	<b>(22.149)</b>	<b>117</b>	<b>(52.076)</b>
<b>Total de tributos diferidos (líquido)</b>	<b>21.895</b>	<b>61.497</b>	<b>(33.590)</b>	<b>39.298</b>

Consolidada em 31 de dezembro de 2025				
Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
<b>Ativos de tributos diferidos</b>				
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	8	-	-	8
Depreciação - Mais valia de imobilizado	2.847	444	(89)	3.202
Provisão de glosas	9.518	8.683	(2.988)	15.212
Provisão de ISS	4.105	1.552	(731)	4.926
Provisão para remuneração variável	3.343	3.774	(3.015)	4.102
Provisão para tributos sobre prejuízo fiscal	45.381	8.649	(5.767)	40.812
Provisão para devedores duvidosos	32.045	21.797	(10.951)	42.892
Provisão para demandas judiciais - ativo	6.882	1.320	-	5.594
Provisão para honorários médicos	19.466	7.683	(9.125)	18.024
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	11.160	7.332	(13.890)	4.603
Outras diferenças temporárias	6.190	2.013	(3.810)	4.392
<b>Total dos ativos de tributos diferidos</b>	<b>140.945</b>	<b>63.247</b>	<b>(52.974)</b>	<b>143.767</b>
<b>Passivos de tributos diferidos</b>				
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	7.802	1.425	(1.320)	7.908
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	21.783	9.273	(23.077)	7.979
Diferidos sobre reavaliação patrimonial	818	-	-	818
Diferidos sobre Compra vantajosa	27.080	-	-	27.080
<b>Total dos passivos de tributos diferidos</b>	<b>57.483</b>	<b>10.698</b>	<b>(24.397)</b>	<b>43.785</b>
<b>Total de tributos diferidos (líquido)</b>	<b>83.462</b>	<b>52.549</b>	<b>(28.577)</b>	<b>99.982</b>

**Deyvisson Machado Guimarães**  
Contador CRC-DF 021226/O

**Gustavo Fiuzza**  
CEO

**Glauber Carmo**  
CFO

**Pedro do Rego Leal**  
Diretor Corporativo

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores do Hospital Santa Lúcia S.A.** Brasília – DF. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Hospital Santa Lúcia S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Hospital Santa Lúcia S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria.** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de modo todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill).** Veja a Nota nº 13 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Principal assunto de auditoria.** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia incluem valores de ativos intangíveis com vida útil indefinida, que são compostos por ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), cuja realização está suportada por projeção de fluxo de caixa futuro baseada no plano de negócios preparado pela Companhia. Devido à relevância e ao alto grau de julgamento envolvido no processo de determinação das estimativas de rentabilidade futura das unidades geradoras de caixa e das demais premissas relevantes, como taxas de desconto e margens brutas utilizadas no período de projeção e na perpetuidade, para fins de avaliação do valor recuperável de tais ativos, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos essa área como relevante para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto.** Nossos procedimentos incluíram, entre outros: - Obtenção do entendimento dos controles internos chave relacionados à elaboração das projeções de fluxo de caixa preparadas e aprovadas pela Companhia para a determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa. - Com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas; • avaliamos as premissas utilizadas no estudo realizado pela Companhia; • avaliamos a razoabilidade e consistência das premissas utilizadas, tais como taxa de desconto, volumes, preços projetados e custos em relação às práticas usuais de mercado e às características do negócio; • comparamos o valor recuperável apurado pela Administração, com base nos fluxos de caixa descontados, com o respectivo valor contábil das unidades geradoras de caixa. - Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia, especificamente em relação às premissas utilizadas para determinar o valor em uso. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os julgamentos e premissas utilizadas para determinação da estimativa dos valores recuperáveis dos ativos intangíveis, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações individuais e consolidadas tomadas em conjunto, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. No entanto, no decorrer de nossa auditoria identificamos certos ajustes imateriais relativos ao valor recuperável do ágio, os quais não foram registrados pela Administração e que foram reportados como deficiência de controle. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

Consolidado em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	Constituição	Realização	Compensação	Saldo final
<b>Ativos de tributos diferidos</b>				
Provisão para tributos com exigibilidade suspensa	8	-	-	8
Depreciação - Mais valia de imobilizado	2.228	619	-	2.847
Provisão de glosas	8.734	4.887	(4.103)	9.518
Provisão de ISS	3.334	1.575	(804)	4.105
Provisão para remuneração variável	3.761	3.343	(3.761)	3.343
Prejuízo fiscal e base negativa acumulada	24.884	45.203	(13.376)	45.381
Provisão para devedores duvidosos	28.303	18.159	(14.417)	32.045
Provisão para demandas judiciais - ativo	11.394	1.432	(5.951)	6.876
Provisão para honorários médicos	9.625	21.810	(11.970)	19.466
Provisão para instrumentos financeiros - ativo	-	11.160	-	11.160
Outras diferenças temporárias	1.430	4.780	(13)	6.196
<b>Total dos ativos de tributos diferidos</b>	<b>93.701</b>	<b>112.969</b>	<b>(54.394)</b>	<b>140.945</b>
<b>Passivos de tributos diferidos</b>				
Diferidos sobre nova avaliação de vida útil	6.662	1.256	(117)	7.801
Provisão para instrumentos financeiros - passivo	-	21.783	-	21.783
Diferidos sobre reavaliação patrimonial	818	-	-	818
Diferidos sobre Compra vantajosa	27.080	-	-	27.080
<b>Total dos passivos de tributos diferidos</b>	<b>34.561</b>	<b>23.039</b>	<b>(117)</b>	<b>57.483</b>
<b>Total de tributos diferidos (líquido)</b>	<b>59.140</b>	<b>89.931</b>	<b>(54.278)</b>	<b>83.462</b>

O saldo acumulado de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social terão a compensação limitada a 30% do lucro tributável gerado em cada exercício fiscal e não possui prazo de prescrição. A expectativa do Grupo Santa é que os créditos fiscais diferidos decorrentes dos saldos de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sejam realizados da seguinte maneira:

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Controladora	1.783	11.435	19.991	27.864	43.574	104.647
Consolidado	4.704	22.740	21.152	27.864	43.574	120.034

Projeção da provisão para tributos sobre o prejuízo fiscal (34%)

	2026	2027	2028	2029	2030	Total
Controladora	606	3.888	6.797	9.474	14.815	35.580
Consolidado	1.590	7.731	7.192	9.474	14.815	40.812

**d. Parcelamento de imposto de renda e contribuição social.** Durante o exercício de 2024, o Grupo optou pela adesão de parcelamento de imposto de renda e contribuição social, com pagamento em 60 parcelas mensais e consecutivas, com vencimento inicial em agosto de 2024 e com vencimento final em julho de 2029. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar decorrente desse parcelamento está apresentado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Parcelamento IRPJ e CSLL	22.812	25.883	94.525	95.279
	22.812	25.883	94.525	95.279
Circulante	5.836	5.177	22.995	19.183
Não circulante	16.976	20.707	71.530	76.095

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 02 de abril de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-027666/F

Fernando Rogério Liani  
Contador CRC 1SP229193/O-2

A publicação acima foi devidamente publicada e certificada em 24/04/2026

Documento assinado e certificado digitalmente conforme MP Nº 2.200-2 de 24/08/2001. A autenticidade pode ser conferida ao lado.



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal no portal do Jornal de Brasília ou acesse o link: [jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/](http://jornaldebrasil.com.br/publicidade-legal/)

